

Eric Wolf, o marxismo, as revoluções camponesas e os intelectuais*

MAURO W. B. ALMEIDA**

O lançamento em língua portuguesa do livro *Antropologia e poder – contribuições de Eric Wolf*, uma importante coletânea de artigos do antropólogo de origem austríaca e radicado nos Estados Unidos, recentemente falecido, constitui uma oportunidade para refletir sobre as relações entre as idéias de Wolf e a tradição intelectual do marxismo. Es-

sas relações foram tratadas do ponto de vista biográfico-intelectual pelos organizadores da coletânea, Bela Feldman Bianco e Gustavo Lins Ribeiro, na exaustiva introdução que escreveram para o volume¹, e foram ainda objeto de reflexões por Sydel Silverman em conferência proferida por ocasião do lançamento do livro².

* Uma versão inicial deste texto foi apresentada por ocasião do lançamento do livro *Antropologia e poder – contribuições de Eric Wolf*. (Orgs.) Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro. Campinas, Brasília e São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, Editora da Universidade de Brasília e IMESP, 2003, 610 pp.

**Mauro W. B. Almeida é professor do Departamento de Antropologia da Unicamp.

¹ Gustavo Lins Ribeiro e Bela Feldman-Bianco dedicam uma seção inteira de sua Introdução à *Antropologia e Poder* às “redefinições do marxismo e da antropologia” elaboradas por Eric Wolf, particularmente em relação ao livro *Europa e os povos sem história* (Eric R. Wolf: *Europe and the People Without History*. Berkeley, University of California Press, 1982). Ribeiro e Feldman-Bianco traduzem esse título como “Europa e a gente sem história”, uma escolha defensável mas que não nos parece a mais feliz.

² Sobre a influência do marxismo na antropologia norte-americana, ver o meu artigo “Marxismo e Antropologia”, in: Armando Boito Jr., Caio N. de Toledo e outros. *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo: Xamã/FAPESP/CEMARX, 2003, pp. 75-85.

Eric Wolf consagrou-se na antropologia como um especialista em camponeses e nas relações entre o campesinato e o Estado. Cabe mencionar, antes de mais nada, que Eric Wolf liderou no início dos anos 1950 a rejeição da noção de uma “sociedade camponesa”, ou, na formulação de Robert Redfield, de uma “sociedade de *folk*” enquanto tipo dotado de um conteúdo cultural específico, em favor do conceito de *peasantry* ou campesinato³. Devemos lembrar que, na mesma década, falar em “camponeses” era sinal de ser de esquerda na literatura brasileira da época. No Nordeste um latifundiário dizia: “Em minha terra não tem camponês! Só caboclo!” À parte a anedota, contada por Francisco Julião, a diferença estava em que, enquanto a noção de um “tipo de sociedade” colocava o foco na integração interna a grupos humanos rurais, vistos como todos completos em si mesmos, a noção de “campesinato” apontava para a situação de classe de agricultores em sociedades com Estado, isto é, implicava definir o campesinato

a partir da forma de integração com a sociedade mais ampla.

Mas Eric Wolf foi também além da idéia ainda funcionalista de “integração” ou de “dependência” do campesinato enquanto “sociedade parcial” face à sociedade maior da qual ele faz parte: ele mostrou que o campesinato é um grupo explorado, no sentido de que é um grupo social que produz bens agrícolas apropriados por um outro grupo através do exercício do poder. Essa perspectiva contrastava com a visão funcionalista de uma relação de reciprocidade entre campesinato e cidade, entre camponeses e patrões⁴. Para continuar nessa linha de convergência entre Wolf e Marx, convém ter em vista o livro que Wolf publicou em 1984, *A Europa e os povos sem história*, onde pela primeira vez a importância de Marx é explicitamente destacada. De fato, esse livro é o foco principal dos comentários feitos por Gustavo Lins Ribeiro e Bela Feldman-Bianco sobre a relação entre Wolf e o pensamento marxista⁵.

³ Gustavo Lins Ribeiro e Bela Feldman-Bianco tratam muito bem desse aspecto da obra de Wolf em sua Introdução à *Antropologia e poder – contribuições de Eric Wolf*. Conforme indicam Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro, o título da tradução brasileira de uma das mais influentes obras de Wolf, *Sociedades camponesas*, “não expressa corretamente o enfoque de Wolf”, refletido no título original: *Peasants*, ou seja, *Camponeses*. (Eric R. Wolf. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970).

⁴ Uma análise da contribuição de Eric Wolf para uma teoria do campesinato, ressaltando os pontos convergentes entre sua perspectiva e a do marxismo, foi feita de maneira muito lúcida por Cynthia Hewitt de Alcántara (*Anthropological perspectives on rural México*, 1984, pp. 70-96).

⁵ Ver a nota 2 supra.

As revoluções camponesas no século XX

Mais que os aspectos econômicos da existência camponesa, Eric Wolf valorizou as relações políticas entre o campesinato e a sociedade abrangente. Esse ponto foi ressaltado pelos organizadores de *Antropologia e poder*, da seguinte maneira:

Nessa análise, Wolf reforça a necessidade da antropologia desenvolver uma sensibilidade para as “realidades do poder”; incorpora a noção de ‘poder tático’ de Richard Adams, isto é, “o controle que um segmento mantém sobre o meio ambiente de outro segmento”; enfatiza a importância do estudo dos grupos que mediam a relação entre camponeses e a sociedade mais abrangente; e abre o leque para uma visão cada vez mais global⁶.

A apreciação de Gustavo Lins Ribeiro e de Bela Feldman-Bianco é, sem dúvida, justa de modo geral. Contudo, um ponto menos evidente e que queremos comentar a partir de agora é que Eric Wolf, ao tratar de temas como o “poder tático” e a importância dos “grupos mediadores” entre o campesinato e o Estado, incluiu-se de fato como caudatário de uma tradição de pensamento cujos paradigmas ocultos são

Lênin, Gramsci e Mao Tsé-tung. Não esqueçamos de que a década de 1970, na qual se dá uma virada explícita de Wolf em direção ao marxismo, é também uma década de influência mundial do maoísmo. O maoísmo estava no ar, e o livro de Wolf que marca claramente sua virada explícita em direção ao marxismo, a obra *As guerras camponesas do século XX* já evoca, por seu próprio título, o dirigente e teórico que acentuou desde a década de 1930 a importância da “guerra revolucionária camponesa” para o sucesso de uma revolução em uma sociedade cuja população é em sua vasta maioria camponesa.

Nessa obra, Eric Wolf confirma de maneira marcante seu afastamento do paradigma funcionalista e culturalista. A maneira antropológica de tratar o assunto do poder na esfera camponesa era a da “organização social” no sentido definido por Raymond Firth, um termo que englobava as formas variadas de associação camponesa, incluindo o parentesco (particularmente no sentido de relações construídas pelos atores sociais), o compadrio, as relações patrão-cliente, bem como cooperativas e empreendimentos locais. Eric Wolf foi além desse quadro de relações locais, e formulou a noção de “coalizões defensivas do campesinato”; indo para além do foco nas “relações diádicas” e das redes sociais locais, Wolf abordou o tema das alianças de classe, dos blocos de poder e da hegemonia.

⁶ Gustavo Lins Ribeiro e Bela Feldman-Bianco, “Introdução” à *Antropologia e poder*, p. 18.

Para mostrar como ele fez isso, convém comentar com mais detalhes o livro *As guerras camponesas do século XX*, escrito em 1967 e publicado em 1969. Trata-se de obra escrita em plena guerra do Vietnã, por um intelectual engajado na resistência interna contra a guerra movida por seu próprio país contra um povo camponês⁷. O livro foi também um toque de alarme para o fato de que, como diz ele, “(...) the far and distant populations ‘out there’ have become participants in a drama set upon our own stage”. Nada mais atual do que esse alerta de que as “populações longínquas e distantes” tornaram-se hoje em dia “participantes em um drama que se desenrola em nosso próprio palco”⁸: em outras palavras, as “guerras camponesas” que se davam antes nas distantes províncias, passaram a invadir, diz profeticamente Wolf, o próprio coração das nações imperiais.

De fato, o que foram as “guerras camponesas do Século XX”, segundo

Wolf? Foram as insurreições do México de 1912 a 1920, da Rússia de 1917 a 1920, da China de 1939 a 1949, de Cuba de 1956 a 1958, da Argélia de 1954 a 1962, e do Vietnã, que em 1969 estava ainda em curso. São, portanto movimentos revolucionários do “curto século XX”, para usar a formulação de Hobsbawm, que começa aproximadamente em 1910 e termina em 1990. Ora, na época em que Wolf escreveu: essa onda prolongada de guerras anti-feudais, anticoloniais e anticapitalistas estava ainda seguindo seu curso, e Wolf mostrava-se otimista quanto a seu balanço geral⁹.

Que causas levaram esse “curto século XX”, o século da gigantesca expansão da acumulação capitalista em escala mundial, a ser também um século de insurreições rurais que levaram, nos casos citados, à tomada do poder por regimes anticoloniais ou anticapitalistas? A primeira resposta de Wolf é que a própria acumulação capitalista,

⁷ Wolf, Eric R. *Peasant Wars of the Twentieth Century*. Nova York: Harper Torchbooks, 1973. Conforme acentuam Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro sobre *As guerras camponesas do século XX*, “o livro é resultado direto de sua crescente militância contra a guerra do Vietnã e de seu envolvimento com o movimento *teach-in*, tática inventada por Marshall Sahlins em 1965 e de cuja operacionalização e planejamento Wolf participou ativamente” (ver a “Introdução”, p. 17). Veja-se, a respeito, a entrevista de Marshall Sahlins, em livro organizado por Heloísa Pontes, Lili Schwarz e Fernanda Torres, *Antropologia da antropologia: história e etnografia*, no prelo.

⁸ A observação está no Prefácio de Wolf à edição inglesa do livro. Wolf, Eric. *Peasant Wars of the Twentieth Century*. London: Faber and Faber, 1969, p. 9.

⁹ Embora Wolf tenha omitido de seu livro qualquer comentário do desenvolvimento posterior das “revoluções camponesas”, particularmente no caso da revolução na Rússia e seus desdobramentos contrários ao campesinato sob Stálin.

com seus efeitos disruptivos sobre a sociedade rural, foi uma causa necessária da revolta¹⁰.

Mas essa causa, embora necessária, não é suficiente, pois nem sempre a disrupção capitalista leva à rebelião, e nem sempre a rebelião (que pode se converter em verdadeira guerra camponesa) leva a revoluções vitoriosas. Assim, uma resposta adicional é que, para que os efeitos disruptores da acumulação capitalista levem à rebelião, é preciso que haja meios de formular uma crítica à destruição da vida tradicional em termos das culturas locais. Autores como E. P. Thompson, Barrington Moore Jr. e James Scott, entre outros, enfatizaram, indo nessa direção, aquilo que poderíamos chamar de componente cultural da resistência popular, presente nos motins urbanos e nas rebeliões rurais do século XX. Assim, E. P. Thompson salientou a noção de uma “economia moral” que forneceria às rebeliões um ponto de vista

crítico em relação às mudanças sociais trazidas pelo capitalismo; Barrington Moore Jr. destacou, na mesma linha de raciocínio, com James Scott, a idéia de que há mínimos de consumo vistos como moralmente necessários à família camponesa, abaixo do qual a resistência contra os poderosos é justificada eticamente¹¹.

Mas Eric Wolf não se ocupou tanto desse componente cultural propriamente camponês, tão característico das rebeliões ou guerras camponesas exemplificadas em nosso país pelo Contestado e por Canudos, mas sim daquelas “guerras camponesas” que desaguaram em revoluções vitoriosas. As guerras camponesas autônomas, tanto organizativamente quanto ideologicamente – lideradas por profetas como Thomas Münzer e Conselheiro, ou por camponeses médios como Villa (e talvez possamos incluir aqui Lampião) – foram guerras fracassadas. Já as guerras que

¹⁰ Nos termos de Wolf, trata-se do “saque de estados arcaicos (...) do comércio escravo (...) pré-requisitos da ‘acumulação primitiva’” (Wolf, *Guerras camponesas*, p. 278). Ainda segundo Wolf, esse processo tomou a forma de uma “crise ecológica”: as mudanças na relação dos camponeses para com a natureza, que na Rússia afeta o acesso ao “pasto, à floresta e à terra arável”, que no México, na Argélia e no Vietnã transtorna o acesso às “terras comunais”, e que no México e em Cuba bloqueiam o acesso camponês às “terras sem dono” (p. 280). Trata-se de uma “revolução” induzida pelo próprio capitalismo (p. 278).

¹¹ “(...) antes do advento do capitalismo e da nova ordem econômica nele baseada, o equilíbrio social dependia tanto no longo como no curto prazo de um balanço equilibrado entre as transferências de excedentes camponeses para os governantes e a provisão de um mínimo de segurança para o cultivador (...) O que é significativo é que o capitalismo cortou através do integumento do costume, arrancando as pessoas de sua matriz social costumeira para transformá-las em atores econômicos, independentes de compromissos sociais anteriores com parentes e vizinhos” (E. Wolf, *Guerras camponesas*, p. 279). Um pouco antes, Wolf caracterizou esse processo como um “confronto cultural de larga escala” (p. 278).

levaram a revoluções, na primeira metade do “curto século XX”, foram guerras baseadas em coalizões com grupos urbanos, com classe operária sob a direção de um partido político revolucionário ou de um exército revolucionário, ou de ambos. Foi nesses casos que “coalizões defensivas” se converteram em autênticas “coalizões ofensivas”. E é nesse sentido que as Guerras Camponesas são fenômeno característico do “curto século XX” – embora o primeiro exemplo delas tenha sido uma revolução do século XVIII, a Revolução Francesa!

As causas da revolta

Voltemos às causas da revolta rural e à abordagem de Wolf. A explicação para a revolta está em primeiro lugar, conforme já mencionamos supra, numa causa externa que é o processo de acumulação primitiva do capital; em segundo lugar, numa causa interna de natureza cultural. A terceira explicação, que está por assim dizer entre ambas, ficando a meio caminho entre as causas “externas” e as causas “internas”. Trata-se daquilo que Wolf chamou de “crise de poder”, e que podemos chamar, com a linguagem de Gramsci, de crise de hegemonia.

A crise é a seguinte. De um lado, as autoridades tradicionais – os chefes tribais, os mandarins, a aristocracia rural – perdem o poder no contexto da nova ordem capitalista mundial. De outro lado, ganham importância novas elites formadas por empresários, agiotas, agentes políticos, intelectuais, “profissionais”, além dos trabalhadores urbanos. A questão poderia ser esboçada em termos de duas curvas: a curva descendente das classes dominantes rurais do passado e a curva ascendente das novas classes associadas ao mundo capitalista¹². Essa situação em que os antagonistas parecem “incapazes de neutralizar o poder um do outro” convida à perpetuação de um executivo central forte, que tenta, diz Wolf, colocar-se “acima” das partes em disputa, numa tentativa de preencher o vácuo de poder.

Os intelectuais “desenraizados” são candidatos alternativos para ocupar esse vácuo. Essa categoria é exemplificada, no caso do México, pelos intelectuais “orgulhosos de seus diplomas e de sua educação”, mas que “não conseguiam encontrar emprego”. Dessa forma, em 1910, “a elite diplomada das províncias ergueu-se contra um regime composto de ‘cadáveres políticos’”¹³. O caso da revolução

¹² “O chefe tribal, o mandarim, o aristocrata rural (...) cedem lugar ao empresário, ao comerciante usurário, ao mediador político, ao intelectual, ao profissional liberal. O peso social do campesinato e dos artesãos decresce, enquanto outros grupos (...) ganham importância relativa. Os controladores de recursos sociais fixos dão lugar aos controladores de recursos ‘flutuantes’ (...) Os grupos tradicionais se enfraqueceram, mas não foram ainda derrotados, e os novos grupos ainda não são suficientemente fortes para tomar o poder de maneira decisiva” (p. 283).

¹³ E. Wolf, *Guerras camponesas*, p. 25.

Zapatista exemplifica assim dois ingredientes de importância central na revolução de base rural: de um lado, “a participação de intelectuais desconectados com laços urbanos; segundo, a importância de um grupo camponês dotado com recursos independentes e próprios suficientes para embarcar no caminho da ação política independente”¹⁴.

Em outras palavras, para Wolf o vácuo de poder entre a antiga hegemonia rural e a nova ordem burguesa em implantação cria uma oportunidade na qual “intelectuais marginais” e um “campeinato desgarrado” têm uma oportunidade para tomar de assalto o próprio aparato do Estado, sob a condição de se organizarem como grupo armado, isto é, como exército, ou como partido político¹⁵. O setor intelectual que importa aqui é “marginal” no sentido de estar deslocado da produção e do aparato de Estado, e o setor camponês relevante aqui é aquele dos camponeses médios que ele chama de “campeinato taticamente móvel”.

Ora, conforme sugerimos anteriormente, ao desenvolver essa forma particular de sua teoria de “grupos intermediários” (ou *brokers*) entre o Estado e grupos subalternos, Wolf continuava de

fato a formular, para ouvidos de antropólogos, um tema central da teoria marxista do poder desenvolvida precisamente pelos teóricos de duas das “guerras camponesas” que ele comentou, particularmente Lênin e Mao Tsé-tung. Com efeito, Lênin, como se sabe, destacou a importância essencial de um partido político revolucionário para o êxito da revolução – partido no qual os intelectuais constituem uma ponte entre a ciência desenvolvida pela burguesia e as massas trabalhadoras expropriadas pela própria burguesia. Assim, Lênin afirmou que o conflito político entre explorados e exploradores não resulta automaticamente ou evolutivamente da presença de exploração econômica: é preciso a intervenção de um grupo intermediário, por assim dizer, fora da estrutura de exploração econômico-política, mas capaz de transitar entre Estado e dominados¹⁶. Lênin escreveu também extensamente sobre a missão dos intelectuais em relação aos camponeses: trazê-los para o âmbito da aliança com os trabalhadores urbanos, conjugando suas lutas com as desses últimos.

Convém lembrar aqui que Mao Tsé-tung, numa visão que coincidia es-

¹⁴ E. Wolf, *Guerras camponesas*, p. 31.

¹⁵ Nos comentários finais de *Guerras camponesas do século XX*, uma distinção importante é aquela entre as revoluções conduzidas por exércitos liderados por militares e exércitos liderados por um partido político: a guerra da Argélia é um exemplo do primeiro caso; as guerras revolucionárias chinesa e vietnamita são exemplos do segundo caso; a revolução cubana é um caso à parte.

¹⁶ Essas idéias são expostas detalhadamente em *O que fazer?*, e dispense-me de documentá-las.

sencialmente com a de Lênin, via os intelectuais e o campesinato como parte de uma mesma classe, a pequena burguesia. Vejamos o que diz Mao:

A pequena burguesia, excluindo dela o campesinato, consiste de um vasto número de intelectuais, pequenos comerciantes, artesãos e profissionais. O seu *status* assemelha-se aproximadamente aos camponeses médios: todos sofrem sob a opressão do imperialismo, do feudalismo e da grande burguesia, e estão sendo todos empurrados cada vez mais para a falência e para o empobrecimento. Portanto, essas seções da pequena burguesia constituem uma das forças motrizes da revolução e constituem um aliado confiável do proletariado. Somente sob a liderança do proletariado elas podem atingir sua libertação¹⁷.

Mao continua:

À parte aquela seção dos intelectuais que se associaram com os imperialistas e a grande burguesia, e trabalham para eles contra o povo, a maior parte dos intelectuais e dos estudantes são oprimidos pelo imperialismo, pelo

feudalismo e pela grande burguesia, e vivem sob o medo do desemprego ou de ter de interromper seus estudos. Por conseguinte, tendem a ser revolucionários.

Conclui Mao, expressando a posição leninista com muita clareza:

As forças revolucionárias não podem organizar-se com êxito e o trabalho revolucionário não pode ser conduzido com sucesso sem a participação de intelectuais revolucionários.

Wolf, por sua vez, faz comentários específicos sobre aqueles intelectuais dos “países dependentes” que não são “executivos de segundo escalão do mercado capitalista” (*junior executives of the capitalist market*), embora também sejam resultado das mudanças em curso: “(...) os pequenos funcionários da burocracia de Estado, os profissionais liberais, os professores”. Para Wolf esses intelectuais, muitos dos quais não encontram emprego, e que “precisam suplementar seu trabalho profissional com outras atividades”, defrontam-se com um campo social mais amplo do que os ocupantes tradicionais do poder, e sofrem diretamente com o conflito entre os ideais anunciados pela nova ordem e sua impotência para realizá-los na

¹⁷ Mao Tsé-tung. “The Chinese Revolution and the Chinese Communist Party (1939)”. In: *Selected Works of Mao Tsé-tung*. Foreign Languages Press, Peking 1967. First Edition 1965, Second Printing 1967. Vol. II, pp. 305-34. A tradução da citação da p. 322, é minha.

realidade¹⁸. É para estes “homens marginais”, nas palavras de Wolf, que os movimentos políticos oferecem uma saída. Esses “intelectuais da nova ordem” pressionam os ocupantes do poder político e econômico. Mas para isso precisam de uma *constituency*, ou seja, de uma base político-social. Essa base é fornecida, em última análise, “pelos trabalhadores industriais e pelos camponeses insatisfeitos que o mercado criou, mas para os quais a sociedade não forneceu uma cobertura social adequada”. Em síntese, conclui Wolf, em todos os seis casos de guerras camponesas estudados por ele, “testemunhamos essa fusão entre intelectuais ‘desgarrados’ e sua base de apoio rural”¹⁹.

Não é coincidência o paralelismo entre Mao e Wolf. Ambos têm sua raiz comum na teoria leninista sobre os intelectuais como “intermediários”, e Wolf admite claramente essa fonte para sua tese. De fato, a conclusão do seu livro sobre as Guerras Camponesas afirma que “(...) os marxistas há muito argumentaram que camponeses sem liderança externa não são capazes de fazer uma revolução e nosso estudo de caso confirma essa a tese”. Wolf continua com exemplos:

Ali onde o campesinato rebelou-se com sucesso contra a ordem estabelecida – sob sua própria bandeira e com seus próprios líderes (...) não obteve o controle do Estado. (...) Zapata continuou em sua Morelos; a “migração popular” de Pancho Villa recuou após a derrota de Torreón; Nestor Makhno não entrou nas cidades; e os camponeses russos da Região Agrícola Central simplesmente se enfurnaram profundamente em suas comunas locais. (...) Para o camponês, o Estado é uma quantidade negativa (...) os camponeses em rebelião são anarquistas naturais²⁰.

Continuando com Wolf, a importância de sua contribuição pode ser agora vista melhor, à luz de Lênin, de Mao e de Gramsci. Ele foi além do quadro das “relações diádicas” e das “redes sociais”, como método de análise da “política local”, em que pese sua importância metodológica, e colocou implicitamente em primeiro plano o papel necessário (embora não suficiente) de organizações intermediárias na estrutura de dominação política. Ele concentrou-

¹⁸ E. Wolf, *Peasant Wars of the Twentieth Century*, pp. 287-288.

¹⁹ “What they need is a constituency; and that constituency is ultimately provided by the industrial workers and dissatisfied peasants whom the market created, but for whom society made no adequate social provision. In all of our six cases we witness such a fusion between the ‘rootless’ intellectuals and their rural supporters”. E. Wolf, *Peasant Wars of the Twentieth Century*, p. 289.

²⁰ E. Wolf, *Guerras camponesas do século XX*, pp. 294-295.

se no papel dos aparelhos “anti-Estado”, e que se contrapõem aos “aparelhos de Estado”: de fato, todos os casos de que tratou são exemplos de intervenção de intelectuais através de partidos políticos (organizados antes, durante, ou mesmo depois da guerra iniciada), acoplados a exércitos guerrilheiros que se convertem em exércitos formais.

Intelectuais e revolução hoje

A questão hoje seria a seguinte. Que leva os intelectuais, em certos lugares no tempo e no espaço, a se “desgarrarem” e a buscarem “representados” nas classes populares? Que disponibiliza os intelectuais, e os leva a aplicar seus projetos “fora de lugar” contra o Estado? Lembremos que os intelectuais revolucionários podem ser pensados como intelectuais com um projeto novo, mas cujas idéias estão, para citar a expressão de Roberto Schwarz, “fora de lugar”. Intelectuais não ficaram desgarrados nem na Alemanha nem no Japão – onde o processo de industrialização em uma ordem tradicional abriu espaço para uma camada burocrática de intelectuais que se tornaram intermediários em um processo de modernização capitalista que combinou arcaísmo com revolução capitalista. Continuando com essa linha de raciocínio, haveria “intelectuais fora do lugar” (caso do México, da China, da Itália) e “intelectuais no lugar” (caso do Japão e da Alemanha).

Aventamos uma especulação final. Talvez não seja abusivo dizer que no

Brasil da década de 1960 a intelectualidade estaria predominantemente “fora do lugar”, ao mesmo tempo em que havia um campesinato em sua maioria “taticamente móvel”, e que em 1990 essa situação já havia dado lugar a uma outra, na qual os intelectuais “desenraizados” seriam minoria, assim como os camponeses “taticamente móveis”. E em lugar do partido político e do “exército revolucionário”, no mesmo período passam a ter importância crescente novas instituições de mediação entre a população rural e o Estado. Um resultado a que essa hipótese leva é que, no último meio século, se é verdade que campesinatos “móveis” têm ainda um papel importante na política, como no caso dos sem-terra, os intelectuais “marginais” tornaram-se minoria face àqueles integrados quer no mundo empresarial, quer na burocracia estatal, quer nas “organizações não-governamentais” que ao mesmo tempo tornam-se crescentemente os novos intermediários entre camponeses e Estado.